»Entrevista | **PAULO TEIXEIRA** |
MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Titular da pasta diz não ter medo de falar à CPI, porque movimento tem "muitas virtudes". Ele admite, porém, que ações do grupo deixaram governo apreensivo

"Não vejo por que criminalizar o MST"

» HENRIQUE LESSA

Paulo Lázaro/Flickr



O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, disse acreditar que, apesar de não ter experiência anterior na temática, pode contribuir na difícil tarefa de seguir com a questão da reforma agrária e lidar com todos os movimentos sociais do campo, o mais famoso deles, o Movimento dos Sem Terra (MST), alvo hoje de uma CPI na Câmara dos Deputados.

Mesmo entendendo que o MST é importante no seu papel reivindicatório, Teixeira, advogado de formação, afirmou que as ocupações de protesto nas áreas da Suzano e da Embrapa foram "inadequadas". No entanto, sustentou que, se convocado pela CPI, falará "com alegria" a respeito do movimento.

Ele saiu em defesa da articulação do governo e destacou que a influência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é uma realidade com a qual o governo terá de lidar. A seguir, os principais trechos da entrevista exclusiva ao **Correio**.

> **Virou uma CPI conflituosa, um palco para a guerra, para aumentar as tensões no Brasil. Por essa razão, vou com alegria dizer que vejo méritos na ação do MST"**

Como avalia a CPI do MST?

Acredito que temos de pacificar o campo. O Hino Nacional tem uma passagem que diz "paz no futuro e glória no passado". Temos de fazer deste momento do Brasil um momento de diminuição das tensões. Não tenho qualquer medo de ir à Câmara para falar do MST, porque eles têm muitas virtudes. O MST está trabalhando com a produção de alimentos saudáveis, eles ajudam a organizar os mais pobres para voltar a trabalhar no campo e produzir. Estão agregando valor na produção por meio das cooperativas. Por essas razões, não vejo por que criminalizar o MST. As ocupações tiveram um caráter de protesto. Ocuparam uma terra da Suzano, na Bahia, alegando que a empresa descumpriu um acordo. Pedimos para eles saírem e criamos uma mesa de negociação com a empresa. Saíram espontaneamente, e temos a negociação indo bem. Ocuparam uma terra da Embrapa, alegando que ali não eram feitas as pesquisas. Levamos o pedido deles de retomada das pesquisas, além do direcionamento de parte delas para a agricultura familiar. Saíram. E foi assim nesses protestos do mês de abril. Agora não é o momento de estimular o conflito. A CPI, pelo que se viu nas reuniões que tiveram, virou uma CPI conflituosa, um palco para a guerra, para aumentar as tensões no Brasil. Por essa razão, vou com alegria dizer que vejo méritos na ação do MST, ao mesmo tempo que não há contradição entre a ação do MST e o agronegócio.

O MST é apontado como um movimento criminoso. Como advogado, observa crime ou excessos?

Como advogado, posso dizer que o que caracterizou o movimento de abril deste ano foi protesto, foi reivindicação pela reforma agrária, já que eles saíram das áreas que ocuparam. O MST, muitas vezes, entra em uma área e denúncia a natureza de uma área improdutiva ou em que está acontecendo um crime ambiental. Tem uma crítica. O que temos de olhar no campo brasileiro, que não há no MST, é a violência. E onde está a violência no Brasil? Ano passado, morreram 54 pessoas em conflitos agrários no sul do Pará, no norte de Rondônia, no nordeste do Acre, no sul do Amazonas, no Maranhão, no Tocantins, no Piauí. Nesses lugares, teve, sim, conflito, e violento. Há crimes contra as pessoas, desmatamento, incêndios ilegais, todo o tipo de atividades criminosas. Não posso é transferir a um movimento social, que faz protestos, essa mesma categoria de tratamento. Quando houver abusos, quando entendemos que as atividades extrapolaram, vamos pedimos para que eles se retirassem, como aconteceu nos casos da Embrapa e da Suzano.

Viu abusos nesses casos?

Achávamos que aquela ocupação na Suzano era inadequada, tendo em vista que se tratava de uma área produtiva, de uma área de empresa nacional, listada na Bolsa. Na Embrapa, é pela natureza da importância da Embrapa. Nós os chamamos e sugerimos que eles saíssem daquelas áreas, e eles, de fato, saíram. O foco em relação ao MST (na CPI) pode transbordar para um debate de natureza ideológica, uma polarização política que será desnecessária e árida, que em nada contribuirá para este momento no que o Brasil precisa.

O líder do MST, João Pedro Stédile, disse que o presidente Lula perguntou sobre as ocupações, na viagem à China. Isso gerou apreensão no governo?

Naquele momento, houve apreensão de todos do governo em relação às ocupações, inclusive do presidente. Porque, na verdade, é que abrimos as portas para o debate, as nossas agendas estão abertas. A ida do João Pedro (Stédile) à China foi para aprofundar o debate sobre equipamentos voltados à agricultura familiar. Por isso, houve apreensão naquele momento, mas acho que isso tudo já está superado.

No início do governo Lula, em 2003, não tivemos ocupações do MST. Por que agora ocorreram tantas ações?

Não houve ocupações no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, em Minas Gerais, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul. Não houve ocupações. As que aconteceram foram todas em uma série de estados do Norte, com movimentos e ocupações.

No carnaval, tivemos algumas no interior de São Paulo...

Estou falando do MST. Aquelas ocupações no interior de São Paulo foram da FLN (Frente Nacional de Luta do Campo e Cidade), que é ligada ao (José) Rainha. Não tem relação nenhuma com o MST. As ocupações do MST aconteceram, basicamente, em três estados: Pernambuco, Bahia e Espírito Santo. Teve uma ocupação em Goiás, mas que durou apenas um dia. Posso dizer que foram os segmentos isolados do MST, porque se tivesse ocorrido uma ação de todo o MST — eles estão organizados em ao menos 20 estados —, teríamos tido ocupações em todos os estados. Acho que o MST continuar fazendo protestos, pressão, isso é importante para a democracia, não existe democracia sem grupo de pressão. A pressão faz parte da democracia, mas a natureza da pressão, a maneira de fazer é que tem de ser ajustada, tendo em vista a utilização que os adversários políticos fazem das ocupações.

O ministério perdeu parte da Conab, e o senhor comemorou mesmo assim?

Comemorei porque o ministério nasceu forte, com o Incra, com a Conab, a Anater, a Ceagesp São Paulo, a Ceasa de Minas. Terminamos a MP (medida provisória) sem perder a competência sobre nenhum desses órgãos. O compartilhamento da Conab já tinha sido acertado no governo, então não houve perdas. Comemorei porque a MP se desenhou para esvaziar o nosso ministério, e tivemos uma forte articulação no Congresso: eu, pessoalmente; a nossa bancada da agricultura familiar; a direção do meu partido; a liderança; o governo; e as lideranças do governo no Senado, na Câmara e no Congresso nos ajudaram a fazer com que o MDA terminasse na mesma conformação que tinha.

O governo não falhou na articulação?

No que está falhando? A articulação no Congresso, vejo como bem-sucedida. Fui parlamentar, então passei um mês lá. Sendo irônico, a emenda mais benéfica para conosco era para extinguir o ministério, foi até a voto, foi destacada. Então, acho que foi uma vitória. No governo, nossa capacidade de articulação tem sido boa na relação com o Mapa, com o Ministério da Fazenda, Mdic etc.

Mas as ministras Marina Silva e Sônia Guajajara tiveram as pastas esvaziadas, não?

Na verdade, não foram esvaziadas nas suas competências. Tiveram algumas das suas competências alteradas. Elas continuam com os seus ministérios fortes. E essa história ainda não acabou. Temos de ver, agora, a sanção da MP, como fica. Ainda pode ter alterações. Mas eles pegaram mesmo mais forte lá, na questão indígena e na ambiental. Não sei ainda como o presidente Lula vai fazer. Acho que esse foi o primeiro momento de disputa, e, nesse primeiro teste, o governo ganhou. Há ajustes a serem feitos, mas essa foi a primeira prova, e foi bem-sucedida. Complicou muito a governabilidade o orçamento secreto, que deixou de ser secreto, mas a RP2 retira do Executivo grande parte do orçamento e transforma o deputado em Executivo. Vamos ter de ver como fazer uma alta governabilidade com essa realidade.

A cadeira da Presidência da Câmara é uma dificuldade?

Diria que tem uma "realidade" sentado na cadeira da Câmara. Vamos ter de ver como trabalhar, de maneira a ter uma governabilidade que atenda ao programa de governo, atenda ao que a opinião pública quer do governo e aos parâmetros éticos. Vamos governar com essas três âncoras: o programa de governo, o que a sociedade espera e o respeito aos padrões éticos.

Leia a íntegra da entrevista no site correiobraziliense.com.br

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Dez anos depois, os políticos deram a volta por cima

Há muito, a política deixou de ser monopólio dos políticos, magistrados, militares e diplomatas. Existe a política dos cidadãos, sobretudo agora, que as redes sociais passaram a ter um papel decisivo na formação de opinião e mobilização políticas, a partir de interesses individuais, para o bem ou para o mal. Essa ficha só caiu para as lideranças políticas depois das manifestações de junho de 2013, que completaram 10 anos e estão sendo revisitadas. Para uns, foram o ovo da serpente do "neofascismo" brasileiro; para outros, a demonstração de que a crise de representação política dos partidos havia chegado a um ponto disruptivo, com a sociedade reagindo ao status quo. Ambos têm sentido.

O que não faz sentido é atribuir o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff a um plano golpista e maquiavélico, urdido pelos Estados Unidos, assim como a Operação Lava-Jato, ainda que os gringos possam ter dado um empurrãozinho, em algum momento. As primeiras grandes manifestações ganharam as ruas e praças, das grandes e pequenas cidades, a partir de protestos espontâneos de jovens paulistanos contra o aumento das passagens de ônibus, que foram duramente reprimidos. No Rio de Janeiro, igualmente, a repressão a um protesto de jovens contra a remoção dos ocupantes do antigo Museu do Índio, no Maracanã, foi o estopim das manifestações.

Devido à Copa do Mundo de Futebol que se realizaria no Brasil, a palavra de ordem dos protestos era o "Padrão Fifa" para a educação, a saúde, os transportes, a segurança etc., além das pautas identitárias de gênero e de natureza étnica. Mobilizados e organizados pelas redes sociais, uma novidade à época, até mesmo para a União Nacional dos Estudantes (UNE), os protestos incorporaram grupos sociais e movimentos diferenciados, que buscavam uma pauta comum. As imagens da época mostram isso claramente.

Os protestos ocorriam quase diariamente, chegaram a 1 milhão de pessoas no Rio de Janeiro, até que esmoreceram em razão da repressão policial, da ação da extrema direita (milícias) e de grupos anarquistas (Black blocs), que começaram a promover atos de violência e vandalismo. Protestava-se contra tudo e contra todos, porém, principalmente contra a presidente Dilma Rousseff. Mas não o bastante para impedir a sua reeleição, contra Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (Rede).

As jornadas de junho de 2013 foram legítimas e republicanas, porém gestaram um caldo de cultura e um modus operandi que ressurgiriam mais tarde, no segundo mandato de Dilma Rousseff, como um movimento político de oposição. Dessa vez, o fator unificador dos movimentos foi a Operação Lava-Jato, que investigou o escândalo da Petrobras e desaguou numa campanha em defesa da ética na política, protagonizado por movimentos cívicos de caráter liberal, mas que acabou hegemonizado por forças de extrema direita. Trocou-se o irônico "Padrão Fifa" por um irado "Fora Dilma, fora PT".

Tsunami eleitoral

Se 2013 foi um fenômeno da pós-modernidade, em sincronia com as mudanças do capitalismo globalizado, a crise de representação política das democracias ocidentais e a insegurança de cidadãos em busca de uma nova identidade, 2015 foi outra coisa. Quando os protestos chegaram a 1 milhão de pessoas na Avenida Paulista, com a realização de manifestações simultâneas em centenas de cidade, já era um movimento unificado com o objetivo de afastar a então presidente da República.

O movimento de oposição agregou insatisfações e demandas que brotaram em 2013, mas o que se viu em 2015 foi a centralidade da questão ética. Era o início da construção de uma nova hegemonia política no país, de extrema direita, que ultrapassou os chamados movimentos cívicos. Em 2018, durante o governo Michel Temer, que havia assumido a Presidência, surgiu uma avassaladora candidatura antissistema, a do ex-presidente Jair Bolsonaro, cuja vitória era inimaginável até o fatídico dia da facada que levou em Juiz de Fora, durante a campanha eleitoral. Por causa da Lava-Jato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato até então favorito, estava inelegível e na iminência de ser preso. Seu candidato foi o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT).

O governo Bolsonaro foi autoexplicativo. O que mais importa nesse retrospecto é destacar a volta por cima dos políticos nas eleições de 2022. Blindaram seus mandatos no Congresso, por meio do controle vertical dos partidos, dos fundos partidário e eleitoral e de uma fatia considerável dos recursos de investimento do governo, por meio de emendas impositivas, individuais e de bancada, ao Orçamento da União. Devido a isso, a vitória do presidente Lula nas eleições passadas, por apenas 1,8% dos votos válidos, não lhe deu uma maioria parlamentar, mas a contingência de ter de negociar com um Congresso mais conservador do que o que fora eleito em 2018.

E os jovens rebeldes daquela época? Majoritariamente, à medida que amadureceram, derivaram para posições mais conservadoras. As pesquisas eleitorais mostraram isso com clareza. Lula venceu com os votos dos muito jovens, das mulheres e dos nordestinos. A Operação Lava-Jato está sendo desconstruída pela alta magistratura do país. Os militares, que haviam voltado ao poder com Bolsonaro, se retiraram para a caserna, mais uma vez. Nossos diplomatas tentam implementar uma política independente, que dê ao Brasil um novo protagonismo internacional, mas esbarram na polarização fomentada por uma nova "guerra fria", que opõe Estados Unidos e União Europeia à Rússia e China. E os cidadãos? Por enquanto, estão "astuciando coisas", como diria o velho Hermógenes, folclorista capixaba.